



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

ACÓRDÃO
(4ª Turma)
GMALR/GPR

A) AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. EMPREGADOR DOMÉSTICO. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIREITO. SÚMULA 463, I, DO TST. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO AFASTADA.

I. Desconstituídos os fundamentos da decisão agravada acerca da aplicabilidade do novo art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT, na medida em que esta demanda foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, dá-se provimento ao agravo para reexame do agravo de instrumento. II. **Agravo conhecido e provido.**

B) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. EMPREGADOR DOMÉSTICO. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIREITO. SÚMULA 463, I, DO TST. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO AFASTADA.



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

I. Diante da potencial contrariedade à Súmula 463, I, do TST, dá-se provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista. **II. Agravo de instrumento conhecido e provido.**

C) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. EMPREGADOR DOMÉSTICO. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIREITO. SÚMULA 463, I, DO TST. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO AFASTADA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA DA CAUSA RECONHECIDA.

I. A jurisprudência deste TST, consubstanciada na Súmula 463, anterior à Lei nº 13.467/2007, dispõe sobre a concessão dos benefícios da justiça às pessoas físicas e jurídicas, sejam elas partes reclamantes ou reclamadas. Para a pessoa natural (empregado ou empregador), basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado; já para a pessoa jurídica, é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo. **II.** Com efeito, sendo a parte demandada pessoa física nestes autos em que se discute vínculo de emprego doméstico (concernente à função de “cuidadora”), apresentada a declaração de hipossuficiência, deve lhe ser concedida a justiça gratuita. **III.** Nesse passo, em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita,



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

fica o recorrente isento do pagamento das custas, e também do depósito recursal (art. 899, § 10, da CLT), tendo em vista que o recurso ordinário foi interposto em face de decisão proferida já na vigência da Lei nº 13.467/TST (art. 20 da IN 41/2018 do TST). **IV. Recurso de revista conhecido e provido.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705**, em que é Recorrente **VALMIR PEREIRA DA COSTA** e Recorrido **ISABEL FERNANDES**.

Trata-se de agravo interposto pelo reclamado em face da decisão monocrática que negou provimento ao seu agravo de instrumento em recurso de revista.

Contrarrazões apresentadas.

Dispensada a remessa dos autos ao MPT.

É o relatório.

V O T O

A) AGRAVO

1. CONHECIMENTO

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade do agravo, dele **conheço**.

2. MÉRITO

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. EMPREGADOR DOMÉSTICO. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIREITO. SÚMULA 463, I, DO TST. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO AFASTADA



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

A decisão agravada, valendo-se da jurisprudência da 4ª Turma do TST concernente ao art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT, modificado pela Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, negou provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista, sob os seguintes fundamentos:

[...] em ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, observado o disposto no art. 790, § 3º e § 4º, da CLT, a mera declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte não é bastante para presumir o estado de miserabilidade da pessoa natural, a fim de se conceder os benefícios da justiça gratuita, sendo necessário o atendimento ao requisito, de índole objetiva, assentado no § 3º do art. 790 da CLT, para a caracterização da mencionada presunção.

Uma vez não alcançada a condição definida no art. 790, § 3º, da CLT, é ônus do requerente do benefício da justiça gratuita a comprovação robusta de sua incapacidade de suportar as despesas processuais, nos moldes do art. 790 § 4º, da CLT.

Tais dispositivos legais estão em harmonia com a Constituição, que no seu artigo 5º, LXXIV, dispõe que: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Nesse contexto, a decisão regional, em que se indeferiu o pedido de justiça gratuita do Reclamado e, conseqüentemente, não conheceu do recurso ordinário interposto por este, encontra amparo legal nos §§ 3º e 4º do art. 790 da CLT e não contraria o disposto na Súmula nº 463 desta Corte Superior, visto que o entendimento do item I do aludido verbete sumular não se aplica às ações ajuizadas após a vigência da Lei nº 13.467/2017.

Na minuta de agravo, o reclamado insiste no processamento de seu recurso de revista, sob o argumento, em síntese, de que o novo art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT é aplicável somente às ações ajuizadas após a vigência da Lei n. 13.467/2017, ao passo que a presente ação foi proposta anteriormente à referida Reforma Trabalhista.

Desconstituídos os fundamentos da decisão agravada acerca da aplicabilidade do art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT, na medida em que a demanda em exame foi ajuizada antes de 11/11/2017, data da vigência da Lei nº 13.467/2017, dou **provimento ao agravo** para reexame do agravo de instrumento.

B) AGRAVO DE INSTRUMENTO

1. CONHECIMENTO



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele **conheço**.

2. MÉRITO

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. EMPREGADOR DOMÉSTICO. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIREITO. SÚMULA 463, I, DO TST. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO AFASTADA

O TRT não conheceu do recurso ordinário do reclamado, por deserção, sob os seguintes fundamentos:

Deixo de conhecer do recurso ordinário interposto pelo reclamado, porque deserto.

Faço notar, primeiramente, que a lei impõe a obrigação de realizar o depósito prévio do valor da condenação e de pagar as custas, para que seja processado o recurso (artigo 899, §§ 1º e 2º, da CLT).

A Lei nº 5.584/70, no artigo 14, dispõe sobre a Assistência Judiciária Gratuita, prestada nos termos da Lei nº 1.060/50, conferindo aludido direito apenas ao empregado que, ainda que perceba remuneração superior ao dobro do salário mínimo, prove o estado de pobreza.

Não há, no Processo do Trabalho, previsão de isenção de custas e dispensa do depósito recursal em favor do empregador (seja pessoa jurídica, seja pessoa física). O § 3º do artigo 790 da CLT dirige-se apenas a empregados, e não a empregadores (me refiro às normas vigentes anteriormente à reforma trabalhista, considerando a data da distribuição desta ação).

Não bastasse, nos termos da lei vigente (artigo 899, § 1º, da CLT), nos dissídios individuais só será admitido o recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da importância da condenação. Portanto, a efetivação do depósito também constitui condição para interposição válida do recurso. Sublinhe-se novamente isto: para o depósito recursal não existe sequer previsão legal de isenção (novamente, repito, me refiro às normas vigentes anteriormente à reforma trabalhista, considerando a data da distribuição desta ação).

Por fim, aplico, in casu, a Súmula 6 deste Tribunal, verbis:

"JUSTIÇA GRATUITA - EMPREGADOR - IMPOSSIBILIDADE (Res. nº 04/06 - DJE 03/07/06 e retificada pela Res. nº 01/07 - DJE 12/06/07) Não se aplica em favor do empregador o benefício da justiça gratuita."

Assim, não conheço do recurso ordinário interposto pelo réu, porque deserto.



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

Consignou, ainda, em sede de embargos de declaração, que:

O voto condutor do acórdão refere, expressamente, que deserto o recurso ordinário do reclamado, uma vez que não lhe foi concedido os benefícios da justiça gratuita.

Saliento, apenas para esclarecer, que **esta Relatora não adota o entendimento previsto na Súmula 463 do C. TST de que bastaria à pessoa natural (o empregador) a mera declaração de hipossuficiência econômica para que lhe fosse concedido o benefício da justiça gratuita.**

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado reitera as violações apontadas no recurso de revista acerca da concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, ainda que empregador, sendo o bastante a apresentação de declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte.

Em observância ao art. 896, § 1º-A, da CLT, nas razões do recurso de revista, indicou violação do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dentre outros, e contrariedade à Súmula nº 463, I, do TST.

Pois bem.

A jurisprudência deste TST, consubstanciada na Súmula 463, anterior à Lei nº 13.467/2007, dispõe sobre a concessão dos benefícios da justiça às pessoas físicas e jurídicas, sejam elas partes reclamantes ou reclamadas.

Para à pessoa natural (empregado ou empregador), basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado; já para a pessoa jurídica, é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo.

Com efeito, sendo a parte demandada pessoa física nestes autos em que se discute vínculo de emprego doméstico (concernente à função de “cuidadora”), apresentada a declaração de hipossuficiência, deve lhe ser concedida a justiça gratuita.

Nesse passo, em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita, fica o recorrente isento do pagamento das custas, e também do depósito recursal (art. 899, § 10, da CLT), tendo em vista que o recurso ordinário foi interposto em face de decisão proferida já na vigência da Lei nº 13.467/TST (art. 20 da IN 41/2018 do TST).



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

Do exposto, diante da potencial contrariedade à Súmula 463, I, do TST, **dou provimento** ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista.

C) RECURSO DE REVISTA

AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. EMPREGADOR DOMÉSTICO. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. DIREITO. SÚMULA 463, I, DO TST. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO AFASTADA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA DA CAUSA RECONHECIDA

1. CONHECIMENTO

Tendo em vista os fundamentos expostos quando do provimento do agravo de instrumento, reconheço a transcendência política da causa e **conheço** do recurso de revista por contrariedade à Súmula 463, I, do TST.

2. MÉRITO

Conhecido o recurso de revista por contrariedade à Súmula 463, I, do TST, **dou-lhe provimento** para conceder justiça gratuita ao reclamado e, assim, afastada a deserção do recurso ordinário por ele interposto, porquanto isento do pagamento das custas e do depósito recursal, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem para que prossiga no julgamento do referido apelo, como entender direito.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, à unanimidade:

a) **conhecer** do agravo e, no mérito, **dar-lhe provimento** para reexaminar o agravo de instrumento;

b) **conhecer** do agravo de instrumento e, no mérito, **dar-lhe provimento** para processar o recurso de revista;

c) reconhecendo a **transcendência política** da causa, **conhecer** o recurso de revista por contrariedade à Súmula 463, I, do TST e, no mérito, **dar-lhe**



PROCESSO Nº TST-RR-1001383-43.2017.5.02.0705

providimento para conceder os benefícios da justiça gratuita ao reclamado e, assim, afastada a deserção do recurso ordinário por ele interposto, porquanto isento do pagamento das custas e do depósito recursal, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem para que prossiga no julgamento do referido apelo, como entender direito.

Brasília, 10 de dezembro de 2024.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator